

As Luzes se acendem em África: Viagens Filosóficas de um Naturalista Luso-Brasileiro em Angola (1783-1808)

 <http://eoi.citefactor.org/10.11248/ehum.v8i2.1511>

Marcio Mota Pereira

Doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

e-mail: drmmota@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-7698-6270>

Recebido em: 18/04/2015 – Aceito em 10/06/2015

Resumo: O artigo em questão pretende elucidar as ações de exploração e de pesquisas filosóficas desenvolvidas pelo naturalista luso-brasileiro Joaquim José da Silva, em Angola. Pretende-se também, enquanto objetivo, trazer suas viagens à luz não apenas do desenvolvimento das ciências naturais nos territórios ultramarinos lusos, mas verificar como aquele profissional foi aproveitado em África no intuito de expandir e consolidar os conhecimentos geográficos dos sertões de Angola daquela colônia.

Palavras-chave: Joaquim José da Silva – Viagens filosóficas – Angola.

Abstract: This article shows the exploration shares and philosophical research developed by the Luso-Brazilian naturalist Joaquim José da Silva in Angola, Africa. It is also intended as objective, bring your travels with regard not only the development of natural sciences in Portuguese overseas territories, but see how that professional was seized in Africa in order to expand and consolidate the geographical knowledge of the interiors of that colony.

Keywords: Joaquim José da Silva – Philosophical travels – Angola.

Introdução

Uma síntese das luzes

O século XVIII é tido no âmbito da história cultural como aquele em que seria consolidada, sobretudo no continente europeu, uma nova perspectiva de mentalidade, a qual buscava cada vez mais utilizar da razão em detrimento do tradicional pensamento religioso cristão, ações que *à posteriori* receberiam a denominação de Iluminismo, ou simplesmente Luzes.

A “introdução” das Luzes em Portugal é comumente representada pelas mudanças coordenadas por Dom José I e por seu Secretário de Estado, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, os quais foram responsáveis por diversas transformações nos cenários político, social e cultural do Reino. A expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de seus domínios d’além-mar, assim como a reforma da Universidade de Coimbra, são apenas alguns dos exemplos da nova política que o Estado buscava implementar em seus territórios.¹

Através do processo de laicização imposto naquela instituição de ensino e pela difusão dos conhecimentos técnicos e pragmáticos ali construídos, a Coroa Portuguesa

¹A historiografia há até alguns anos vinculava a introdução Iluminismo na Península Ibérica como algo tardio sendo todo esse cenário resultado, dentre outros fatores, das ações religiosas da Companhia de Jesus e da própria Igreja Católica assim como por uma suposta crença maior nas coisas de Deus em detrimento de explicações físicas para os fenômenos do cotidiano. Estudos mais recentes como aqueles realizados por Pedro Calafate (1994), Flávio Rey de Carvalho (2008) e Júnia Ferreira Furtado (2012) apontam que não apenas as ações advindas das esferas religiosas contribuíram para a consolidação desse quadro, mas a própria historiografia portuguesa ao considerar sua intelectualidade setecentista atrasada em detrimento das outras Nações europeias.

pretendia propor um redirecionamento das ações econômicas do Reino, de modo que outras esferas, que não as tradicionais ações comerciais e mineralógicas, principalmente aquelas relacionadas a cada vez mais debilitada produção de ouro da América portuguesa, passassem a gerar as fazendas de que tanto necessitava o Reino.

No tocante à Universidade de Coimbra, as reformas consistiam não apenas em vetar o excesso das aparências religiosas que configuravam o ensino da instituição, mas também em profissionalizá-la de acordo com os princípios das Luzes. Para isso, foram criados novos cursos como Filosofia e Matemática; o corpo docente foi reestruturado sendo contratados vários professores, muitos deles estrangeiros, alguns dos quais já atuavam em Portugal, no Colégio dos Nobres; e, por fim, foi realizado o aparelhamento tecnológico da Universidade com a criação dos laboratórios de Química, Física, das salas de aulas apropriadas para o estudo da anatomia e também do jardim botânico, destinado a aclimatar e multiplicar as espécies botânicas exóticas oriundas das colônias e de outras Nações.

Em consonância com todas estas mudanças, a inserção dos filhos das elites coloniais que estudavam em Coimbra nas esferas políticas era de fundamental importância. Quando estes estudantes concluíssem seus respectivos cursos, poderiam atuar junto ao Estado luso, aplicando os conhecimentos adquiridos na Universidade, fosse na metrópole ou nas colônias, nas mais diversas funções, desde a administração pública até no âmbito das indagações filosóficas.

Este artigo tem por objetivo apresentar um distinto fragmento do panorama situacional das pesquisas envolvendo a história natural e a produção do conhecimento nos domínios portugueses no final do século XVIII, mais especificamente na Capitania-Geral do Reino de Angola. Descortina-se enquanto personagem principal de todo este teatro de operações o naturalista luso-brasileiro Joaquim José da Silva.

Joaquim José da Silva teria nascido por volta de 1755, no Rio de Janeiro (SIMON, 1983, 79). Em Portugal, concluiu na Universidade de Coimbra os cursos de Matemática e Medicina em 1774 e 1777, respectivamente.² Em seguida, passou a trabalhar no Jardim Botânico e no Museu da Ajuda, em Lisboa, como auxiliar do professor paduano Domingos Vandelli (Lente das Cadeiras de Química e Física da Universidade de Coimbra), onde teve a oportunidade de atuar em conjunto com os também alunos e futuros naturalistas Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó e José Vieira Couto, dentre outros.

Enquanto atividades de adestramento, Vandelli organizou pequenas expedições no território português ibérico. As Serras da Estrela e de Gerês foram, pois, constantes cenários de pesquisas tanto para estes naturalistas quanto para outros que continuariam a ser enviados aos mais distantes domínios do Império ao longo das décadas de 1780 e 1790.³ Os trabalhos de pesquisa de campo eram complementados com estudos desenvolvidos na Casa do Risco, aparelho que se enquadrava enquanto instituição escolar de desenho e pintura do Complexo d'Ajuda.⁴

As viagens filosóficas de Joaquim José da Silva em Angola

O período de Joaquim José da Silva como homem letrado a serviço de Portugal tem início no ano de 1783, com sua partida da Corte lisboeta em direção à Angola, e termina em 1813, ano do seu falecimento. Joaquim foi, dentre os outros letrados, aquele que mais tempo viveu naquele continente. Partilhou, assim como seus congê-

² ANAIS da Biblioteca Nacional. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra, p. 154.

³ Joaquim Velloso de Miranda, já enquanto professor em Coimbra foi um dos que utilizaram estes ambientes enquanto "laboratórios naturais" para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas de pesquisa, classificação e de coleta de exemplares dos três reinos. José Álvares Maciel, também naturalista, graduado em Coimbra e que esteve envolvido nas ações de sedição em Minas Gerais no final do século em questão também desenvolveu pesquisas relacionadas aos minerais, à botânica e à química na Serra da Estrela, tendo este por acompanhante um auxiliar arborista. In: CRUZ, Lúcia - Domingos Vandelli, alguns aspectos da sua actividade em Coimbra, p. 15. Ressalta-se que a Serra da Estrela, mais do que a Serra de Gerês, apresentava-se enquanto cenário de fácil acesso aos pesquisadores pois está situada há pouco mais de 100 km a Leste de Coimbra em detrimento da outra, mais ao norte do território português, já na divisa com a Espanha.

⁴ Mais informações sobre a Casa do Risco podem ser encontradas em MOUTINHO, Lúcia Amorim. A produção iconográfica de Ângelo Donati no contexto ilustrado português, p. 32; e em CORREIA, Patrícia Cardoso. Cronologia: Marquês de Pombal (1699-1782), s/p.

⁵ Apesar de estarem aptos a desenvolver as atividades de pesquisa para as quais foram preparados, é necessário ressaltar que a aquisição de uma formação em Coimbra era um diferencial pelo qual o Estado Português primava também para seu corpo burocrático. Apesar de serem preponderantes os ensinamentos de filosofia, química e matemática, o formando em Coimbra era considerado um personagem diferenciado no seio social português, tido enquanto membro da elite intelectual e administrativa do Império.

neres, não apenas das atividades de pesquisa que lhe eram atribuídas, acumulando também cargos e encargos – ele atuou como agente da administração pública e representante do Estado português naquele território.⁵ Apesar da atividade fim de Joaquim ser a de viajante naturalista, e de ter sido reconhecido à sua época como letrado que muito contribuiu para o desenvolvimento das ciências portuguesas, o naturalista, assim como alguns de seus pares, se deixou seduzir pelos cargos, benesses e mercês da administração pública, ascendendo ano após ano a complexa teia burocrática do Estado luso em detrimento das pesquisas científicas.

Compunham a equipe de Joaquim quando de sua saída de Lisboa dois auxiliares; o *riscador* e naturalista italiano Ângelo Donati, membro da equipe de Vandelli em Lisboa, e o jardineiro português José Antonio.⁶ Em relação ao trato de Joaquim para com seus subordinados, Pereira (2002, 35) levanta a hipótese de ter havido entre os mesmos algum desentendimento, pouco tempo depois de desembarcarem em Angola, de modo que o relacionamento profissional entre todos eles foi rompido. Donati, em certo momento, teria acusado Joaquim “de ter partido em explorações deixando-o para trás a morrer” (PEREIRA, 2002, 35).⁷ Pataca (2003: 982), por sua vez, supõe que a morte de Donati não tardou a acontecer pois teria adoecido gravemente “no dia seguinte ao desembarque em Luanda, ainda em 1783, falecendo poucos dias depois”.⁸ Ou seja, pouco após seu desembarque em Angola, Joaquim já se via desprovido de seu riscador tendo que sair em expedições apenas com o apoio direto de José Antônio. Esse, por sua vez, viria a falecer “no Sertão de Massangano” em decorrência de “humas febres” pouco mais de ano após o desembarque.⁹

Como de costume, as pesquisas de Joaquim começaram após sua partida de Lisboa. O litoral africano, para muitos ainda desconhecido, era vislumbrado como um primeiro cenário a ser explorado, ainda que não fosse o preferido dos naturalistas.¹⁰ Durante esse trajeto, Joaquim não se comportou diferentemente de seus pares. Mal partiu de Lisboa e já estava a escrever sobre as novas espécies encontradas no Oceano Atlântico. Apenas o riscador “Antonio José representou nove espécies de peixes oceânicos em cinco estampas coloridas durante a travessia oceânica que durou 146 dias de Lisboa a Angola [Benguela].”¹¹

Uma vez no território angolano, Joaquim foi “*mandado a Cabinda Como pê de Reconhecer a pedra q’ servido à construção das Muralhas daquela Fortaleza.*”¹² E já na primeira missão o naturalista vislumbrava que sua permanência em Angola não seria por demais proveitosa no âmbito acadêmico haja vista as inúmeras atividades técnicas que lhe eram atribuídas:

“Achando eu esta em sitio ja se vê, q’ eu não havia de Ser senhor de passear o pays p.a Colher o q’ houvesse, e se p.r m.a Curiozidade eu não me houvesse de caminho internado pello Sertão do [Dandem.to] menos Colheria Coiza alguma: o q’ me não Aconteceo; pois alli Reconheci a Mina de Petroleo, fis tirar a desenho a desembocadura daquelle Rio, e depois mesmo em Cabindo Colhi algumas plantas q’ fis dezenhar, e hum peixe, o q’ tudo vindo p.a Luanda Remeti Com algumas Coizas mais q. tinha”.¹³

De volta à São Paulo de Luanda, em questão de pouco tempo novamente Joaquim encontrar-se-ia afastado para os lados dos sertões de Massangano:

⁶Uma das cartas de Ângelo Donati enviadas de Angola à Corte dando conta de suas pesquisas pode ser encontrada digitalizada in loco no seguinte endereço eletrônico: Carta para Júlio Mattiazzi, datada de 10 de Setembro de [17]83, S. Filippo di Benghela [Benguela, Angola]. Manuscrito, 4 p. Arquivo histórico do Museu Bocage (Museu Nacional de História Natural, Universidade de Lisboa), CN/D-6.

⁷PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde, em finais do século XVIII, p. 35.

⁸A ilustração supostamente desenhada pelo riscador Donati, a qual retratava o naturalista Joaquim e o próprio Donati, ambos realizando pesquisas científicas às margens do rio Dande, em Angola, apresenta-se como um grande contrassenso diante do anúncio de seu falecimento após seu desembarque naquela colônia. Tal imagem pode ser encontrada em SIMON, W. J. Scientific expeditions in the Portuguese Overseas Territories. 1783-1808, p. 1.

⁹BNRJ. Correspondência de Alexandre Rodrigues Ferreira, I-21, 2, 19, XXIV. Carta de Joaquim da Silva para David José, Luanda, 21 de maio de 1785. Transcrito em SIMON, W. J. Scientific expeditions... p. 151. O falecimento de Donati após seu desembarque em Angola também é apontado por Lúcia Amorim Moutinho. In: A produção iconográfica de Angelo Donati dentro do projeto ilustrado de Portugal, século XVIII. Monografia de Conclusão de Curso. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2006, s/p.

¹⁰Apesar dos mares possuírem recursos em abundância, poucos naturalistas portugueses se atermam ao mesmo diante de suas possibilidades. Joaquim Veloso de Miranda, por exemplo, escreveu a Domingos Vandelli sobre a travessia marítima: “No mar, observei tudo o q. pude obter, pouco foi por que se não pescou maisdo q. peixes ordinarios, e entre estes o q. mais estimei ver foi a Eclencis remora sobre que tanto se tem fabulado”. In: AHMP. Fundo José Bonifácio. Carta de Joaquim Veloso de Miranda ao Dr. Domingos Vandelli. Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1780. I.1/1-2-1/276.

¹¹PATACA, Ermelinda Moutinho. A confecção de desenhos de peixes oceânicos das Viagens Philosophicas (1783) ao Pará e à Angola, p. 980.

¹²Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazzi. Benguela em 24 de maio de 1787.

¹³Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazzi... s/p.

¹⁴Idem, s/p.

“Com pretextos da Historia Natural, sendo o verdadeiro intuito do Governo observar eu Como Espião o q’ passara no Exercito q’ então estava na Quissama, assim Como dantes o mandarem-me a Cabinda havia Sido Com á vista de observar o q’ lâ se passava p.a Certos fins: bem diferentes do Real Serviço”.¹⁴

Ao longo de 1784, primeiro ano de sua permanência em Angola, Joaquim conseguiu coletar uma considerável coleção composta por espécimes dos três Reinos da natureza, como “hum herbário”, “uma collecção com onze Estampas [desenhos]”, “Dois Pedacos de Enxofre de Benguella”, “Huma ponta [chifre] de Cabra Monteza de Benguella” e “Hum Cyllindro de Lata com peixes do mar alto”.¹⁵ Apesar de ter coletado amostras pertencentes aos três Reinos da natureza, Joaquim dedicou-se majoritariamente às pesquisas mineralógicas realizadas em sua maioria em Cabinda, no entorno da vila de São Paulo de Luanda, em Massangano, na região do rio Dande, nas *highlands* do interior e em Benguela tendo neste último recorte geográfico sua principal oportunidade de colocar em prática os conhecimentos em História Natural adquiridos em Portugal, apesar de quase sempre ser impedido por diversos outros motivos pelos quais ainda vamos nos ater.

Esta empreitada em particular pelo sul de Angola teria início dois anos após seu desembarque em Luanda, mais precisamente em junho de 1785. Joaquim, desta vez embarcado, voltava ao Atlântico para cumprir uma expedição pela costa angolana, entre Luanda e Benguela, ao sul do território, e de Benguela seguindo os caminhos do planalto em direção ao interior do continente. Nesta oportunidade, Joaquim escreveu uma detalhada porém pouco extensa memória, denominada *Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785 por ordem do Governador e Capitão General do Reino de Angola, o Bacharel Joaquim José da Silva, enviado á aquelle Reino como Naturalista, e depois Secretario do Governo. De Loanda para Benguella*. Nessa expedição, teve maior oportunidade de colocar em prática seu papel como cronista de viagem do que de naturalista e pesquisador.¹⁶ Essa expedição contaria ainda com a participação de outro naturalista, o português José Maria de Lacerda, o qual também deixou descritivos relatos sobre este empreendimento.¹⁷

As incursões de Joaquim se deram, salvo raras ocasiões, em meio às expedições militares que buscavam reconhecer o interior de Angola colônia, o que por um lado lhe oferecia a segurança necessária para as atividades de pesquisa mas, por outro, o deixava à mercê do comandante e de suas vontades, fazendo com que sua rotina de pesquisa fosse percebida como sendo apenas um detalhe em meio à expedição militar:

“Partimos na sexta feira, atravessando neste dia, e nos seguintes, estas e outras montanhas, mais alias duas vezes que as de Cintra e Serra da Esrella em Portugal; não me sendo possível nem demorar-me, nem recolher pôr estes incultos sertões nenhuma das optimas plantas e exquisitos animaes, que povoão em immenso numero aquellas-Serras; onde encontrava a cada passo tropas tão grandes de Zebras, como se encontrão nos campos do Brasil as boiadas”.¹⁸

“E tendo no dia seguinte passado algumas Libatas deste mesmo Sova [Soba], chegamos a Lumbimbi, outro Sovado; e porque desd’aqui até Quilenguies me não aconteceo ter lugar para exame de cousa alguma, assim pela necessária pressa da marcha, como por outras causas não menores...”¹⁹

¹⁴AHU, Angola, maço 16, inventário do envio de espécimes de história natural, 20 de março de 1784. Transcrito em SIMON, W. J. Scientific expeditions in the Portuguese Overseas Territories... p. 159.

¹⁶Esta memória de Joaquim José da Silva foi publicada fracionada no periódico O Patriota – Jornal Literário, Político, Mercantil & Commercial do Rio de Janeiro, de modo que encontramos os três fragmentos do texto nas seguintes edições: nº 1, de janeiro de 1813, p. 97-100; nº 2, de fevereiro de 1813, p. 86-98 e, por fim, no nº 3, de março de 1813, p. 49-60.

¹⁷PEREIRA, Teresa. Desenhos de África, Designios Coloniais, Desenhos Suspensos: artes plásticas e colonialidade, p. 02. Sobre as memórias de Lacerda, ver Observações sobre a viagem da Costa d’Angola á costa de Moçambique, por José Maria de Lacerda, p. 187.

¹⁸SILVA, Joaquim José. Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785 por ordem do Governador e Capitão General do Reino de Angola, o Bacharel Joaquim José da Silva, enviado á aquelle Reino como Naturalista, e depois Secretario do Governo. De Loanda para Benguella, p. 89.

¹⁹Idem, p. 91-92.

Em Angola, outros problemas foram frequentes na vida de Joaquim, que não aqueles inerentes a ter enquanto guia e comandante um militar, com funções e prerrogativas diferentes da do naturalista. Doenças e moléstias, como a malária ou a doença do sono, que até então ele só ouvira falar ou pelos estudos teóricos causavam temor aos europeus. Os grandes animais do continente e principalmente os leões por sua vez eram responsáveis por despertar o medo nos europeus, ainda que fossem constantemente combatidos principalmente pelos africanos que compunham as expedições:

“Neste Quicanzo nos demorámos hum dia, precedido por huma das noites mais trabalhosas, que tenho passado sendo tal a confiança com que hum Leão andou nas visinhanças da minha barraca, que nos parecia estar a todo o instante sobre ella; o que durou até pela manhã, em que havendo atacado hum dos curraes de gado da Libata, ferindo hum boi, foi presentido e affugentado peios negros, que acodirão todos a ataca-lo”.²⁰

Além dos agentes de ordem natural, quem percorria o interior do continente também se encontrava em constante perigo frente ao ataque de ladrões e salteadores que visavam as caravanas carregadas de ouro, marfim ou mesmo de escravizados, que seriam comercializados nos portos de Benguela e de Luanda. Comuns eram ainda as disputas entre diferentes povos, como apontou certa vez Joaquim:

“...toda esta parte [entre o Cabo Negro e o rio São Francisco, nas highlands de Benguela] he occupada por hum povo muito bárbaro, e perseguidor dos seus visinhos. Chamado os Muquandos, vivem vagabundos, do gado, que roubão aos Muquilengues e dos Mundombes, de carne humana, e das pilhagens, que fazem nos navios e navegante, que naufragão naquella brava Costa, e são também anthropofagos”.²¹

Ainda que se visse envolto nas pesquisas naturais para o qual fora preparado, a permanência de Joaquim em Angola era vista pelo mesmo ora com deleite, ora como uma grande aventura, da qual não se privou de gabar principalmente no tocante aos suplícios e dificuldades que passava no território:

...“digame Vm, q’ desgraça pode haver neste mundo, q’ eu possa temer, depois de tão acostumado a encarar Com a morte, entre fomes e sedes mortaes, ataques de gentios, nebidias de montes quaze inacessiveis, e outras desgraças ainda mais sensiveis, q’ estes trabalhos?”.²²

As expedições ao interior eram de suma importância tanto para a economia luso-angolana quanto pela posse e manutenção dos territórios já conquistados. Com os avanços sistemáticos das tropas portuguesas em direção às *highlands*, organizavam-se presídios e feiras “como estratégia para incrementar, de forma espontânea, a circulação de gente e mercados”. A experiência naval portuguesa também contribuiu para o avanço por sobre o território através da busca de rotas fluviais sendo os rios Guango e Cunene, na região de Benguela, “em que havia a ilusão de um caminho fluvial em direção à costa oriental”, mais precisamente Moçambique, os mais utilizados para a navegação interiorana.²³ Como era de se presumir, Joaquim compôs uma destas expedições fluviais, em 1785, “sob o comando do capitão Antônio José da Costa,” em um período de dois anos pelo interior do território que pode ser descrito como sendo sua principal e mais significante

²⁰Idem, p. 91

²¹Idem p. 88.

²²Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazzi... s/p.

²³Desta expedição que visava alcançar Moçambique através do continente africano restaram algumas cartas escritas do naturalista à Secretaria de Estado e ao Museu de História Natural. In: RELATÓRIO de Joaquim José da Silva a Martinho de Melo e Castro. Luanda, 17 de março de 1784. (AHU, Angola, cx. 38), apud RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial, p. 43.

²⁴RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial..., p. 43.

ação de desbravamento e de pesquisa naquela Colônia em Angola.²⁴

Do envolvimento em expedições militares que lhe proporcionavam oportunidades de pesquisa, ainda que racionadas, pode-se propor a hipótese de que sua produção e publicação fora prejudicada em função dessa subordinação e da dependência de outros para que pudesse adentrar de forma segura os sertões angolanos. Este e outros fatores como, por exemplo, o falecimento de Donati, logo após seu desembarque em Angola, e o de José Antônio, em um momento posterior, certamente contribuíram para uma produção não tão significativa por parte de Joaquim acarretando nas diminutas remessas para Lisboa. Em face dessa situação que refletia a “falta de resultados”, a Coroa teria até pensado “em suspender sua missão”.²⁵

O naturalista teria ficando indignado ao saber, através de uma correspondência trocada com Júlio Mattiazzi, jardineiro do Jardim Botânico da Ajuda e datada de 24 de maio de 1787, ou seja, quatro anos após desembarcar em Angola, que Martinho de Mello e Castro, o mesmo secretário de Estado da Marinha e Ultramar que fora um dos responsáveis por conduzi-lo às pesquisas em Angola tinha planos de retirá-lo de lá colocando, pois, fim às suas pesquisas e à sua estadia naquele potentado:

“Meu prezado Amigo e S.r Recebi huma Carta de Vm sem datta: e nella me dá Vm a desgostoza noticia de q' o Ex.mo S.r Martinho de Mello pensa em fazer me Retirar, como inutil neste Continente”.²⁶

Ainda que a qualquer momento Joaquim pudesse ser repatriado à Metrópole, ele continuou produzindo. Apesar da falta de auxiliares e de instrumentos, o naturalista enviou diversas vezes vários *caixões* e *caixotes* com suas coletas para as instituições portuguesas.

Uma vez encontrados recursos que interessassem à Coroa, dava-se início ao estabelecimento de alianças políticas para o desenvolvimento das práticas comerciais. As incursões militares e a construção de presídios serviam enquanto instrumentos coercivos para que a Coroa pudesse exercer o domínio e a manutenção de um determinado território e conseqüentemente sua exploração.

As memórias escritas por Joaquim muitas vezes revelam mais do que as nuances científicas de sua atuação. Em seus relatos estão inclusos, muitas vezes de forma pormenorizada, diversos aspectos das características políticas dos grupos viventes naqueles sertões. Em seus relatos o naturalista não deixou de reconhecer, por exemplo, a autoridade dos Sobas locais enquanto possuidores de um “supremo poder”, podendo decidir sobre a “vida e liberdade de seus vassallos”²⁷ ou mesmo acerca de distintos aspectos sociais dos povos nativos que encontrou em suas expedições:

“Os negros aqui fabricão as suas casas de barro e madeira, redondas, e as cobrem de folhas de palmeira. Não lhe fazem janelas, antes as portas por onde entrão para ellas sao tao pecuenas e baixas, que hum homem curvando todo o corpo, acha dificuldade em entrar por ellas: o que justamente praticao todos os habitantes deste Continente, cuja architectura ainda não chega a deparar-lhes o modo de fazerem portas, com que se defendão das feras, que muitas vezes fazem nelles preza dentro das suas mesmas casas”.²⁸

Ainda que imbuído na apanha, classificação, preparação e envio dos exemplares colhidos para Luanda para que posteriormente fossem despachados para a Corte, em certos momentos o naturalista se não deixava de lado sua perspectiva científicista da

²⁵MOUTINHO, Lúcia Amorim. A produção iconográfica de Ângelo Donati no contexto ilustrado português, p. 24.

²⁶Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazzi... s/p.

²⁷SILVA, Joaquim José. Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785... p. 96.

²⁸Idem, p. 97.

natureza, mesclava-a à contemplação, descrevendo as belezas do interior angolano:

“Havendo pernoitado neste Rio Cutucuíu, tive no dia seguinte, e em mais dous que alli demoramos, o gosto de ver maravilhosas variedades de Granitos Porphyrios, Pedra Porco [ágata] e outras pedras deste mesmo gênero, em grandes rochedos, que estão pelo leito deste rio; das quaes muitas são descidas das montanhas visinhas, e que lhe estão sobranceiras.”²⁹

Apesar de serem constantes os fragmentos que, reunidos, oferecem uma intrincada constituição dos supracitados aspectos daquelas sociedades, preponderam em seus textos as referências que o naturalista faz sobre os recursos animais, vegetais e minerais assim como sobre as vantagens no estabelecimento de rotas ou alianças comerciais com as populações locais:

“...as argolas, e outros pedaços de cobre, que servem de ornato aos habitantes, e que lhes vem do Humbi, são huma demonstração da vizinhança, assim do Humbi, como do rio Cunene. O cobre, e a abundância de Abadas, e de Elefantes por estes paizes, são três artigos de grande importância, e que valerão bem a pena de se estabelecer por aqui huma Feitoria”.³⁰

A referência aos elefantes, em particular, pode ser resumida frente ao interesse português no comércio do marfim que despontava enquanto uma das principais atividades de exploração de recursos naturais não renováveis. Conta-se que já no avançado ano de 1810, quando começava a declinar a oferta deste produto, que “segundo as contas oficiais” passaram pelas cidades de “São Paulo de Assumpção e de São Felippe de Benguella”, entre os anos de 1774 a 1808, a quantia de 114:748\$970 reis em marfim, que desembarcavam no porto de Lisboa com o preço médio de “800 reis por libra”.³¹

Ainda sobre as relações comerciais com as populações do planalto de Huíla, terras do interior do Cabo Negro, Joaquim comenta sobre como estas poderiam ser desenvolvidas com os habitantes locais:

“Seria fácil de adquirir a sua amizade, fornecendo-lhes nós ovos de Hema, de que tanto abunda o Brazil, por preço mais commodo, que aquelle pelo qual elles hão este artigo dos de Hacabona, ou dos Mohumbis, para a construcção das suas Cankamenas, que tanto estimão; como também manilhas de ferro, e outros enfeites; e por hum sistema invariável de justiça, e de equidade, nós conseguiríamos em breve espaço, haver das suas mãos em profusão o marfim, as pontas de abada, o sal, e talvez o cobre, e algum outro artigo de grande valia; e por ventura a gloria de libertar estes miseráveis da sua bruteza, e de conquistar mais hum povo ao Christianismo, e a Sociedade Universal.”³²

Ainda em relação ao estabelecimento de novas relações comerciais, podemos encontrar neste supracitado recorte documental a sempre presente necessidade portuguesa de converter o gentio ao cristianismo, pelo que sempre foi auxiliado pela Igreja Católica em um processo que, por sinal, foi semelhante em ambos os lados do Atlântico e que se resumia em catequizar, dividindo ou lançando etnias umas contras as outras para então conquistar.

Também em Joaquim podemos perceber outro aspecto comum ao homem europeu que, saindo da Europa, deixava para trás a sociedade “avançada” para adentrar em meio às ações bárbaras de uma sociedade visualizada como totalmente atrasada; a aver-

²⁹Carta de Joaquim José da Silva para Julio Mattiazi... s/p.

³⁰SILVA. Joaquim José. Notícias sobre o Cabo Negro, p. 76.

³¹Notícia sobre a compra e remessa do marfim de Angola, extrahida de Documentos Officiaes, p. 105-106.

³²SILVA. Joaquim José. Notícias sobre o Cabo Negro... p. 77.

são e o preconceito para com as culturas e com os modos de vidas locais:

“Estes [negros] de Novo Redondo são de bom natural, e de humor alegre; deixao crescer e concertão os seus cabellos com azeite de palma, e pós de varias cores, que fazem moendo diversas madeiras, e os entrancão, ornando-os de pennas, missangas, e fazendo delles varias figuras, para elles mui vistosas e curiosas, e para nós hediondas: sendo mais insupportavel o cheiro de hum negro destes, e dos de todo o sertão, que o de hum bode”.³³

Enquanto uma das últimas atividades de pesquisa, Joaquim atuou como encarregado de “verificar se no território de Ambaca havia minas de ouro, mas infelizmente só encontrou esmeril de má qualidade”.³⁴ Neste episódio em particular, Joaquim deslocou-se à Ambaca na companhia do inconfidente José Álvares Maciel, que havia sido degredado para Massangano, em consequência das tentativas de insurreição em que fora citado em Minas Gerais.³⁵

De sua experiência enquanto naturalista no território angolano, referindo-se às *highlands*, o naturalista tirara a conclusão de que aqueles “caminhos eram férteis minas para a Historia Natural não só pela diversidade de plantas e árvores de que recolheu e remeteu algumas [amostras], mas como pelos belos rochedos e rios; dignos de serem conhecidos pela mais exata topografia”.³⁶ Joaquim deixou para a posteridade apenas uma memória que apresenta relativa densidade de informações (*Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785...*) e várias outras correspondências destinadas a Júlio Mattiazzi e Martinho de Melo e Castro nas quais dava conta de seus afazeres e dos progressos de suas empreitadas filosóficas. Remeteu, igualmente, grande quantidade de espécimes vegetais, animais e minerais para o Museu da Ajuda, acervo que foi disperso ao longo dos anos sendo a “retirada de parte da coleção do Museu da Ajuda por Étienne Geoffroy de Saint-Hilaire durante a invasão francesa à Portugal, já no início do século oitocentista, a principal causa de tal desmembramento”.³⁷

A relativa ausência de publicações e de demais fontes – em detrimento das experiências de viagens filosóficas realizadas por outros naturalistas –³⁸ somada à ausência de resultados físicos de suas pesquisas assim como, à época, ao descrédulo da Coroa para com as suas ações parecem ter relegado Joaquim ainda mais ao ostracismo acadêmico de modo que, quando estudado, sua imagem de explorador parece sobressair à de naturalista em um parecer que não é isolado, mas compartilhado por outros autores.³⁹ Uma outra perspectiva de visualizar esta proposta pode ser verificada através da atuação de Joaquim enquanto componente nas expedições propostas por José de Almeida e Vasconcelos, o barão de Moçâmedes e governador de Angola (1784-1790). Estas expedições ressuscitaram “o projeto de localizar uma passagem fluvial entre as costas ocidentais e orientais da África”. No ano de 1785, promoveram “duas expedições para investigar se o rio Cunene serviria como condutor da conquista rumo ao interior do continente”.⁴⁰

A escassez de fontes que remetam ao período no qual Joaquim passou a exercer diversas funções em Angolanaquela colônia, ou seja, após o retorno da viagem ao sertão de Benguela, torna-se um impeditivo para a reconstrução histórica deste período. Sabe-se que, após 1787, Joaquim repartia seu tempo ora com o envio de exemplares à Lisboa, ora com atividades administrativas em Angola. Ao todo, foram cinco as expedições travestidas de viagens filosóficas empreendidas por Joaquim, a saber; Luanda – Ca-

³³ ———. *Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785...* p. 100.

³⁴GUEDES, Maria Estela. João da Silva Feijó: Viagem filosófica a Cabo Verde, p. 135.

³⁵Idem, p. 135.

³⁶SILVA, Joaquim José. *Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785...* p. 92.

³⁷BRUZZO, Cristina. A participação dos museus de história natural na formação dos membros das expedições filosóficas portuguesas no século XVIII, p. 06.

³⁸Patrícia Bertolini Gonçalves alega que “a maior parte dos textos elaborados pelo naturalista desapareceu”, motivo pelo qual sobraram poucos relatos realizados pelo mesmo. In: *Iluminismo e administração colonial: Angola vista por brasileiros no século XVIII*, p. 485.

³⁹Ângela Domingues, em seu artigo “Viagens científicas e ‘elite do conhecimento’: polivalência e mobilidade ao serviço do Império colonial”, também se refere a Joaquim como sendo um “explorador”, diferentemente dos naturalistas Manuel Galvão e de Alexandre Rodrigues a quem atribui a função de pesquisadores em suas “viagens filosóficas”.

⁴⁰A primeira expedição que procurava estabelecer uma rota de ligação entre Angola e Moçambique data de 1607, responsabilidade atribuída à Baltazar Rebelo de Aragão que não obteve sucesso, assim como seus sucessores. Apenas em 1663 o padre Manuel Godinho completaria o feito deixando a memória Relação do Novo Caminho que fez por Terra, e Mar vindo da Índia para Portugal, publicada em 1665. In: SILVA, Eunice R. Jorge da. *A administração de Angola (século XVII)*, p. 190-193.

binda – Luanda (1783-1784); Luanda – Massangano – Luanda (1784); Luanda – Benguela – Cabo Negro – Benguela (1785-1787); Benguela – Luanda (1787) e Luanda – Presídio de Ambaca – Luanda (1794-1796).

Sabemos que também chegou a pleitear junto à Corte seu retorno para a América portuguesa recebendo enquanto resposta uma simples autorização para retornar à Metrópole, o que, descontentemente, não fez. Acerca de sua vida, não nos resta mais do que fragmentos que remetem ao período em que desenvolveu suas explorações, o que já foi com grande eficácia abordado por Bruzzo (2003), Gonçalves (2010) e Pataca (2003).

Pereira (2002: 02) cita o ano de 1808 como sendo o último em que Joaquim desenvolvera pesquisas – podemos, entretanto, entender tais “pesquisas” como sendo as remessas que constantemente enviava à Lisboa, uma vez que última dele viagem foi realizada em 1796, ao presídio de Ambaca – passando a ter São Paulo de Luanda enquanto residência.⁴¹ Segundo a historiadora, a partir daquele momento e passados quase 25 anos de atividades científicas e de exploração do território angolano, o naturalista teria mudado o curso da nau de sua vida ascendendo definitivamente na carreira administrativa a “exemplo de seus colegas enviados às outras colônias”, inclusive no tocante às “discórdias com a administração”.⁴² Na cidade de São Paulo de Luanda Joaquim José da Silva casou-se e constituiu família, vindo a falecer em 1813.⁴³

Conclusão

Após uma sucinta análise da trajetória deste naturalista e do contexto em que estava inserido naquele território de domínio português em África, podemos tirar algumas conclusões principalmente em relação ao envolvimento do mesmo com as atividades científicas.

Apesar de visivelmente subordinado às ações militares do Estado para empreender suas viagens filosóficas, Joaquim soube desenvolver com grande habilidade as pesquisas de que estava encarregado sem, contudo, lograr o mesmo êxito que seus pares alcançaram em outros territórios lusos. O fato de Joaquim ter perdido a mão de obra especializada que o acompanhava pode igualmente ser apontado como um dos grandes obstáculos para melhor desenvolvimento de suas pesquisas. Da mesma forma, as enfermidades adquiridas no hostil ambiente no interior do continente africano por vezes colocaram-no enfermo, o que foi mais de uma vez utilizado enquanto justificativa para a inércia nos envios que deveria ter realizado. Há de se destacar, contudo, o avanço que Joaquim e José Álvares Maciel alcançaram com os estudos que dariam início à produção metalúrgica em Angola, o que muito desoneraria o Estado luso no transporte de ferramentas e outros materiais desde Lisboa.

Por fim, assim como Pereira (2003: 380), concordo que “diferentemente do que se esperaria de relatos de viajantes, os textos enfocados não parecem ter por objeto/destino exercitar a alteridade sobre o nativo”. Na verdade, este filósofo naturalista partiu para Angola no intuito de encontrar métodos ou meios pelo qual o Reino poderia novamente retomar sua glória o que, de fato, definitivamente não foi o resultado alcançado. Joaquim, contudo, não se viu envolto apenas no que a terra poderia oferecer enquanto riquezas abrindo espaço em seus diários para valiosos relatos etnográficos e crônicas detalhadas dos lugares percorridos e que hoje nos auxiliam a compreender como parte do território africano foi visto por este singelo personagem luso-brasileiro.

⁴¹PEREIRA, Teresa. *Desenhos de África...* p. 02.

⁴²GONÇALVES, Patrícia Bertolini. *Iluminismo e administração colonial: Angola vista por brasileiros no século XVIII*, p. 485.

⁴³PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. *Um jovem naturalista num ninho de cobras...* p. 33.

Referências Bibliográficas:

- ANAIS da Biblioteca Nacional. Estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra. Vol. XLII, 1940, p. 154.
- BRUZZO, Cristina. A participação dos museus de história natural na formação dos membros das expedições filosóficas portuguesas no século XVIII. In: Anais do XXII Simpósio Nacional de História. João Pessoa, 2003.
- CALAFATE, P. A ideia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800). Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.
- CARVALHO, Flávio Rey de. Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772). São Paulo: Annablume, 2008.
- CORREIA, Patrícia Cardoso. Cronologia: Marquês de Pombal (1699-1782). Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 15-16, Jan-jun 2003.
- CRUZ, Lúcia - Domingos Vandelli, alguns aspectos da sua actividade em Coimbra. Separata do Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra. 1976.
- DOMINGUES, A. Viagens científicas e “elite do conhecimento”: polivalência e mobilidade ao serviço do Império colonial. Disponível em: <<http://www2.uict.pt/?idc=102&idi=14633>> Acesso em 16 de junho de 2013.
- FURTADO, Júnia Ferreira. Oráculos da geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- GONÇALVES, Patrícia Bertolini. Iluminismo e administração colonial: Angola vista por brasileiros no século XVIII. VI Jornada Setecentista. Curitiba, 2005.
- GUEDES, Maria Estela. João da Silva Feijó: Viagem filosófica a Cabo Verde. In: Asclepio, vol. XLIX, 1, 1997.
- LACERDA, José Maria de. Observações sobre a viagem da Costa d’Angola à costa de Moçambique, por Lacerda. In: Annaes Marítimos e Coloniaes, nº 5, 4ª Série, 1844, p. 187.
- MOUTINHO, Lúcia Amorim. A produção iconográfica de Ângelo Donati no contexto ilustrado português. Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.
- NOTÍCIA sobre a compra e remessa do marfim de Angola, extrahida de Documentos Officiaes. In: O Patriota – Jornal Literário, Político, Mercantil & Comercial do Rio de Janeiro. Número 3, março. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. A confecção de desenhos de peixes oceânicos das Viagens Philosophicas (1783) ao Pará e à Angola. História, Ciências, Saúde: Manguinhos. Vol. 10 (3): 979-91, set.-dez., 2003.
- _____. Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Tese de Doutorado. Campinas, Unicamp, 2003.
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Um jovem naturalista num ninho de cobras: a trajetória de João da Silva Feijó em Cabo Verde, em finais do século XVIII. História: Questões & Debates. Curitiba: Editora UFPR, n. 36, 2002.
- PEREIRA, Teresa. Desenhos de África, Desígnios Coloniais, Desejos Suspensos: artes plásticas e colonialidade. Anais do 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa, 2010.
- RAMINELLI, Ronald. Ilustração e império colonial. História (São Paulo) v.31, n.2, p. 36-37, jul/dez 2012.
- SILVA, Eunice R. Jorge da. A administração de Angola (século XVII). Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.
- SILVA, Joaquim José. Extracto da viagem, que fez ao sertão de Benguella no anno de 1785 por ordem do Governador e Capitão General do Reino de Angola, o Bacharel Joaquim José da Silva, enviado á aquelle Reino como Naturalista, e depois Secretario do Governo. De Loanda para Benguella. In: O Patriota – Jornal Literário, Político, Mercantil & Comercial do Rio de Janeiro. Numero 2, fevereiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.
- _____. Notícias sobre o Cabo Negro. In: O Patriota – Jornal Literário, Político, Mercantil & Comercial do Rio de Janeiro. Numero 6, junho. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813.
- SIMON, W. J. Scientific expeditions in the Portuguese Overseas Territories. 1783- 1808. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

Fontes:

- ARQUIVO Histórico do Museu Bocage. Carta de Joaquim José da Silva a Júlio Mattiazzi. Benguela, Angola, 10 de Setembro de 1783, Manuscrito. CN/D-6.
- _____. Carta de Joaquim José da Silva a Júlio Mattiazzi. Benguela, Angola, 24 de maio de 1787, Manuscrito. CN/S-22.
- ARQUIVO Histórico do Museu Paulista. Fundo José Bonifácio. Carta de Joaquim Velozo de Miranda ao Dr. Domingos Vandelli. Rio de Janeiro, 13 de Fevereiro de 1780. Manuscrito. I.1/I-2-1/276.